

ANC - CPEE X

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, divulgou ontem, após sucessivos adiamentos, os 50 nomes que compõem a comissão de estudos constitucionais. Depois de lamentar a impossibilidade de incluir todos os nomes lembrados para integrar a comissão, o ministro disse que o destinatário do trabalho do grupo é o presidente José Sarney, que o encaminhará à sociedade para debate. Ressaltou ainda que de forma alguma a comissão irá interferir no trabalho dos constituintes, pois o resultado dos estudos dessa comissão servirá apenas como subsídio aos verdadeiros autores da nova Constituição.

Dos 50 nomes que compõem a comissão, 30, ou seja, 60% são de juristas, advogados, criminalistas, professores de Direito e consultor jurídico. Os restantes 20% são formados por um médico, empresários, economistas, um escritor, um historiador, um padre e um representante da Igreja Protestante. Segundo o anúncio do ministro Fernando Lyra, a advogada Floriza Verucci seria a única mulher a integrar a comissão. Soube-se depois, no entanto, que Rosah Russomano também é mulher, embora citada por Lyra como homem. João Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — é o único nome ligado a entidade de classe. Para Fernando Lyra, o grupo é representativo da sociedade.

Quem nomeou

Os 50 nomes que compõem a comissão, segundo Fernando Lyra, são de sua responsabilidade e do presidente José Sarney. Da lista preparada por Tancredo Neves, que continha 33 nomes, 21 estão na comissão. Além do senador Fernando Henrique Cardoso e de Victor Nunes Leal (que morreu), ficaram fora pessoas como o general Octávio Costa, o sindicalista João Paulo Pires de Vasconcelos, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Xavier D'Albuquerque Dalmo Dallari e Laerte Vieira. Também não foi aproveitada da lista de Tancredo Neves a vereadora pelo PT do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

A COMISSÃO DA CONSTITUINTE

O ministro Lyra divulgou os nomes dos 50 "notáveis" que prepararão o projeto:

20 AGO 1985

JORNAL DA TARDE

- 1 - Afonso Arinos de Melo Franco
- 2 - Alberto Venâncio Filho
- 3 - Antônio Ermirio de Moraes
- 4 - Barbosa Lima Sobrinho
- 5 - Bolivar Lamounier
- 6 - Cândido Antônio Mendes de Almeida
- 7 - Célio de Oliveira Borja
- 8 - Celso Furtado
- 9 - Cláudio Lacombe
- 10 - Cláudio Pacheco
- 11 - Clóvis Ferro Costa
- 12 - Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque
- 13 - Edgar de Godoy da Mata Machado
- 14 - Eduardo Mattos Portella
- 15 - Evaristo de Moraes Filho
- 16 - Fábio Konder Comparato

- 17 - Fajardo José Pereira Faria
- 18 - Padre Fernando Bastos D'Avila
- 19 - Floriza Verucci
- 20 - Gilberto de Ulhoa Canto
- 21 - Hélio Jaguaribe
- 22 - Hilton Ribeiro da Rocha
- 23 - Josaphat Ramos Marinho
- 24 - João Pedro Gouveia Vieira
- 25 - Joaquim Arruda Falcão Neto
- 26 - José Afonso da Silva
- 27 - José Alberto Assunção
- 28 - José Francisco da Silva
- 29 - José Meira
- 30 - José Saulo Ramos
- 31 - José Paulo Sepúlveda Pertence
- 32 - Reverendo José Ferreira Cunha
- 33 - Jorge Amado

- 34 - Luis Eulálio Vidigal
- 35 - Luis Pinto Ferreira
- 36 - Mário de Souza Martins
- 37 - Mauro Santayana
- 38 - Miguel Reale
- 39 - Miguel Reale Júnior
- 40 - Miguel Seabra Fagundes
- 41 - Ney Prado
- 42 - Odilon Ribeiro Coutinho
- 43 - Orlando M. de Carvalho
- 44 - Paulo Bonavides
- 45 - Paulo Brossard de Souza Pinto
- 46 - Rafael de Almeida Magalhães
- 47 - Raul Machado Horta
- 48 - Rosah Russomano
- 49 - Sérgio Franklin Quintella
- 50 - Walter Barelli.



Arinos

Amado

Pertence

Reale

Celso

Ermirio

Barelli

Quintella

Portella

Fernando Lyra preferiu dizer que esses não ficaram de fora. "Apenas não entraram na lista definitiva." E não deu maiores explicações sobre os critérios de escolha, afirmando apenas que "não foi fácil, diante de tantas pessoas em condições de integrar a comissão", cuja instalação será na próxima semana, no Ministério da Justiça, com a presença do presidente da República.

O Diário Oficial da União circula hoje com os nomes que compõem a comissão.

Com isso, Fernando Lyra considera que estará cumprido o decreto do presidente José Sarney, assinado em 18 de julho, fixando a data de 20 de agosto para instalação da comissão.

A comissão, explicou Lyra, vai contar com subgrupos e terá quatro reuniões plenárias, em seus dez meses de atuação: uma em Brasília, outra no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e a última no Nordeste (provavelmente em Recife, como pretende o mi-

nistro da Justiça). As minorias, como negros e índios, que não estão representadas na comissão serão tratadas nesses subgrupos, de acordo com Fernando Lyra, que hoje entra em contato com o presidente da comissão, Afonso Arinos, para acertar os detalhes de seu funcionamento.

Com o anúncio de ontem encerra-se um longo período de expectativa para a criação dessa comissão, prevista para surgir nos primeiros dias do governo Tancredo Neves.

Houve momentos em que se pensou que a demora na divulgação dessa lista significava um enfraquecimento no prestígio de Fernando Lyra, que, nos primeiros dias de julho, chegou a convocar a imprensa para anunciar a composição da comissão e, depois de três horas esperando o sinal verde do Palácio do Planalto, terminou adendo sine die sua divulgação.

Repercussões

A indicação do médico oftalmologista mineiro Hilton Rocha representou a escolha de um nome de consenso entre a classe médica do País, pela sua liderança entre os colegas de profissão. Aos 74 anos de idade, nascido em Cambuquira, Sul de Minas, Hilton Rocha foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Medicina e da Associação Médica de Minas Gerais.

Em Brasília, o advogado Cláudio Lacombe, um dos 50 da lista, afirmou que "a Nova República não teria sentido se não viesse acompanhada de um novo pacto com a sociedade brasileira". O advogado disse que recebeu com surpresa sua indicação para a comissão e comentou que sua contribuição é a do advogado militante, com 30 anos de experiência. Lacombe considera a Constituinte "politicamente indispensável para reconciliar o País consigo mesmo".

Reação contrária

No Rio, o jurista Miguel Seabra Fagundes, outro nome constante na lista, admitiu que poderá não assumir as funções de membro da comissão, apesar de não concordar com a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, que considera "um absurdo". "Fui surpreendido, estou, confesso, perplexo ao saber que fui nomeado, porque não recebi qualquer convite" — disse ele.

Fagundes disse estar ciente de que a OAB é contra a comissão, mas que pessoalmente não entende o seu papel como ilegítimo. No entanto, como foi nomeado "à revelia" decidiu estudar a questão e fazer uma avaliação para decidir se aceita ou não. Em princípio, porém, ele demonstrou a intenção de não participar do grupo.